



Maria Alda Tranquelino da Silva - Secretária Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeanne Tranquelino da Silva - Secretária Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

O FORTALECIMENTO DA CULTURA INDÍGENA ATRAVÉS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DISCURSIVAS NA EJA

STRENGTHENING INDIGENOUS CULTURE THROUGH DISCURSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES IN EJA

RESUMO

O presente artigo busca evidenciar algumas reflexões a respeito da Educação de Jovens e Adultos Indígenas no litoral norte da Paraíba, observando que a EJA enfrenta inúmeros desafios, desde a falta de material didático à insuficiente formação de professores para atuar na modalidade em tela, realidade que se estende nos demais espaços da EJA espalhadas pelos diversos municípios do Brasil. Nesse sentido, a Educação Escolar Indígena ofertada aos Jovens e Adultos acontece nas escolas do território indígena e possui discursos e práticas pedagógicas contra-hegemônicos, atuando numa perspectiva da transformação social. Desse modo, apresenta-se como um espaço formativo, que procura atender às necessidades e aos anseios desse coletivo que vive em contextos rurais próximos a territórios urbanos. Embora seja uma instituição recente no cenário educacional, configura-se como sendo um lugar de resistência, com características políticas e pedagógicas peculiares à população indígena, oriundo do movimento de lutas e resistências, mas também do contato com a sociedade não indígena, esse contato traz a necessidade e a importância do processo de escolarização. Logo, a necessidade de leitura e escrita são marcos da sociedade letrada, onde a população indígena foi historicamente excluída. Percebemos um esforço por parte das lideranças indígenas e dos professores em ressignificar a escola ofertada para esse público, um trabalho de conscientização na Educação Escolar Indígena e na modalidade da EJA que visa construir uma Educação contextualizada com a realidade desse povo, que gere autonomia, conscientização e participação. Para tanto, utilizamos um recorte de uma pesquisa de doutorado, com abordagem qualitativa, na qual utilizamos como instrumentos para coleta e produção de dados as entrevistas semiestruturadas e a pesquisa documental, já no tratamento dos resultados aplicamos o método da análise crítica do discurso.

Palavras-chave: educação escolar indígena; práticas pedagógicas discursivas; Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

This article is an excerpt from a doctoral research project with a qualitative approach. Semi-structured interviews and documentary research were used as data collection and production instruments, and Critical Discourse Analysis was applied for data analysis. The study aims to reflect on Indigenous Adult and Youth Education (AYE) on the northern coast of Paraíba, Brazil. The findings reveal that AYE faces numerous challenges, ranging from a lack of didactic materials to insufficient teacher training, a reality that extends to other AYE contexts across Brazil. Indigenous School Education for youth and adults takes place in schools located within Indigenous territories and is characterized by counter-hegemonic pedagogical discourses and practices, grounded in a perspective of social transformation. The Indigenous school presents itself as a formative space that seeks to address the needs and aspirations of communities living in rural areas near urban centers. Although a recent development in the educational landscape, it constitutes a space of resistance with distinct political and pedagogical features. Public schooling for Indigenous populations emerges both from historical struggles and resistance and from interaction with non-Indigenous society that reveals the necessity and importance of schooling. Literacy, as a hallmark of literate societies, historically excluded Indigenous peoples. Currently, there is a notable effort among Indigenous leaders and educators to reframe the educational model offered to this population. Daily practices in Indigenous School Education and AYE demonstrate an ongoing process of raising awareness, aimed at building a form of education that is contextualized to the reality of these peoples — one that promotes autonomy, critical consciousness, and active participation.

Keywords: indigenous school education; discursive pedagogical practices; Youth and Adult Education.



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

INTRODUÇÃO

Reconhecer as especificidades que envolvem a Educação de Jovens e Adultos e a população indígena é de extrema importância para pensar práticas pedagógicas na EJA que venham fortalecer a cultura Potiguara no litoral norte da Paraíba, bem como metodologias e estratégias que possam garantir e valorizar as singularidades que envolvem esse público, e o direito à aprendizagem em um processo ao longo da vida.

Na cultura indígena, é possível perceber que a aprendizagem não se limita ao espaço escolar. Os saberes indígenas são repassados naturalmente na convivência diária, são conhecimentos ou etnoconhecimentos que dizem respeito à cultura e à tradição desses povos, os quais são elementos importantes para pensar as práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos indígenas, contextualizadas com a realidade desses sujeitos (Santos; Silva, 2021).

Nesse sentido, entendemos que as práticas pedagógicas na EJA indígena Potiguara devem estar inseridas no cotidiano dos sujeitos, as quais são influenciadas pela cultura e pelas experiências de vida dos atores educacionais envolvidos nessa construção, a saber: educandos e educadores.

No entanto, compreendemos que as práticas pedagógicas não acontecem de modo isolado, elas se relacionam com um currículo que se efetiva no chão da Escola. Sobre as práticas pedagógicas articuladas ao currículo, Sacristán (2008) enfatiza que ele é materializado no espaço escolar através do fazer pedagógico do professor. Assim, os conteúdos ganham significados em uma ação dialética entre educador e educando, transformando-se em aprendizagens e conhecimentos.

Nessa direção, compreendemos que as práticas pedagógicas envolvem os seguintes elementos: os conteúdos presentes no currículo, a prática discursiva dos



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

professores indígenas e dos estudantes, mediados pelo diálogo, e o fazer pedagógico docente.

Resende e Ramalho (2004, p. 186) argumentam que, “por prática discursiva, entende-se os processos de produção, distribuição e consumo do texto, que são processos sociais relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares”. À luz das reflexões postas pelos referidos autores, é possível inferir que na EJA indígena observamos práticas discursivas de produção, distribuição e consumo, as quais estão relacionadas às ações pedagógicas dos professores indígenas no contexto em que eles estão inseridos, ou seja, no seu fazer pedagógico, já que são capazes de produzir, distribuir e consumir discursos que contribuem para uma prática pedagógica de naturalização de situações de dominação, de opressão, de uma educação bancária; ou de construir práticas pedagógicas na direção de uma mudança social, de protagonismo, luta, resistência e emancipação dos sujeitos.

Refletindo sobre a ação pedagógica na EJA, no contexto histórico da educação brasileira, percebemos que essa modalidade vem sendo construída ao longo dos anos, e novos discursos e paradigmas foram sendo inseridos numa perspectiva de pensá-la não apenas como campanhas de alfabetização e escolarização, mas como política pública que contemplasse a educação enquanto processo e aprendizagem ao longo da vida.

[...] A educação, longe de se limitar ao período da escolaridade, deve abarcar todas as dimensões da vida, estender-se a todas as competências e domínios de saber, adquirir-se por meios diversos a favorecer todas as formas de desenvolvimento da personalidade (Ireland; Spezia, 2014, p. 42).

Concordamos com Ireland e Spezia (2014), visto que a educação precisa ser pensada numa perspectiva ao longo da vida, a qual deve atender às necessidades dos sujeitos em qualquer tempo. Nessa direção, entendemos que as práticas pedagógicas na EJA indígena precisam estar atentas às mudanças da sociedade contemporânea, que vão além da escolarização.



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

A EJA precisa ser compreendida como uma modalidade de educação com dimensões amplas que ultrapassem a função do ato de ler e escrever. Na atualidade, as ações pedagógicas acerca da EJA apontam para necessidade de continuar a luta para garantir a escolarização, mas não podemos nos limitar a pensar o processo de Educação de Jovens e Adultos indígena apenas como prática de leitura e escrita, pois existem outras demandas e necessidades emergentes na sociedade que vão além da aquisição da leitura e escrita, como o acesso ao letramento digital e à formação profissional, entre outras questões que precisam estar presentes na agenda da EJA indígena, bem como nas práticas pedagógicas para atender às necessidades dessa modalidade.

Acerca dos desafios dos povos indígenas e o direito à Educação diferenciada, Campos (2011) lembra de que a luta da população indígena sempre esteve articulada aos movimentos sociais em busca de garantir os direitos dessa população. O autor coloca que:

As principais reivindicações desses grupos estiveram vinculadas a três grandes questões: a defesa do território que, em muitos casos, é, em última instância, a defesa da própria possibilidade de existir desses grupos humanos enquanto demarcação da terra indígena, ao lado das reivindicações por assistência à saúde e acesso à educação [...].

Tais reivindicações se traduziram em direitos presentes na constituição de 1988, o principal deles, no campo da Educação (que balizam uma série de outros, em consequência) o direito à educação escolar diferenciada (Campos, 2011, p. 138).

À luz da reflexão de Campos (2011), é possível perceber que, a partir das lutas e da organização do movimento social indígena, se observa atualmente no cenário educacional brasileiro uma nova ordem discursiva, não mais de integração e homogeneização desses coletivos, como se observa nos livros de história, mas de reconhecimento das especificidades. Isso pode ser observado de modo mais efetivo a partir da década de 1990 com algumas ações como a construção e ampliação de escolas indígenas nos territórios e aumento no número de matrículas nas escolas de estudantes



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

indígenas nos sistemas de ensino, na esfera estadual e municipal. No próximo tópico discutiremos como a EJA vem fortalecendo a cultura indígena.

OS ELEMENTOS DE FORTALECIMENTO À CULTURA INDÍGENA NA MODALIDADE DA EJA E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NA PARAÍBA

Os Indígenas Potiguara compreendem que a cultura possui um conjunto de elementos que precisam ser cuidados e repassados para os mais jovens como forma de mantê-la viva, pois ela representa a diferença da etnia frente aos outros atores sociais (Palitot, 2005).

A inclusão desse tema nos processos educacionais presentes na legislação é uma conquista da educação diferenciada, a qual tem como objetivo fortalecer a cultura de cada etnia respeitando as especificidades de cada povo.

Amparada em leis que constituem um modelo diferenciado e específico de educação escolar, cada povo tomou para si a tarefa de elaborar currículos escolares e propostas pedagógicas, informados por suas cosmologias. E, embora o modelo escolar mais contundente nas aldeias ainda seja o da modernidade ocidental, vê-se, cada vez mais forte, a busca de outros referenciais para essas práticas escolares, construindo aos poucos escolas específicas e diferenciadas, já reconhecidas pelas leis educacionais do país (Bergamaschi; Medeiros, 2010, p. 2).

De acordo com as reflexões de Bergamaschi e Medeiros (2010), cada etnia vem construindo propostas pedagógicas, currículos e práticas a partir da sua cultura, na direção de uma Educação Escolar Indígena mais próxima da sua realidade, com o objetivo de atender aos seus anseios e expectativas.

Na Paraíba, existe uma luta constante da etnia Potiguara para que seja implementada uma Educação Escolar Indígena de qualidade em todo o seu território, considerando seus processos culturais e suas pedagogias indígenas, de modo a incluir nos currículos e nas práticas pedagógicas as temáticas presentes no cotidiano, buscando



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

fortalecer a tradição local em todas as modalidades de ensino.

No que tange ao aspecto cultural, a Educação Escolar Indígena na modalidade da EJA, na Paraíba, segue a Resolução nº 207/2003, do Conselho Estadual de Educação da Paraíba, que fixa as orientações para funcionamento das Escolas Indígenas e das modalidades no estado. Conforme esta Resolução, em seu segundo artigo,

A Educação Escolar Indígena se configura como bilíngue e intercultural e tem por escopo valorizar plenamente a cultura indígena, especialmente do Estado da Paraíba, reafirmando suas identidades étnicas, sua língua e seus conhecimentos, bem como assegurar às comunidades indígenas o acesso aos conhecimentos da sociedade nacional abrangente e das sociedades não-índias (Paraíba, 2003, p. 1).

O Artigo 2º deixa claro o papel da escola quanto à cultura indígena, cujo objetivo é desempenhar ações que proporcionem a valorização e a reafirmação da identidade étnica das populações tradicionais pertencentes ao estado da Paraíba.

Essa valorização implica em ações efetivas de garantia de direito ao ensino bilíngue e intercultural, e que sejam capazes de recuperar e revitalizar o Tupi, língua esquecida no processo de colonização e incluída recentemente na matriz curricular das escolas da Educação Escolar Indígena e na modalidade da EJA no estado da Paraíba.

Ainda de acordo com esse mesmo Artigo, é dever do Estado, no que tange à educação, proporcionar às comunidades tradicionais o acesso a conhecimentos indígenas e universais presentes na sociedade não-indígena, os quais contribuem para uma formação cidadã e crítica para o convívio em sociedade.

O conhecimento indígena é necessário para manter, preservar e valorizar as matrizes culturais, porém, também são importantes os conhecimentos universais para o convívio na sociedade, tendo em vista que a etnia Potiguara não é uma população isolada, mas, antes, está em contato permanente com a população não indígena. Bonin (2012, p. 35) traz a seguinte contribuição sobre a escola, na visão dos povos indígenas, a partir dos



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

encontros realizados em todo o país com diversas etnias, incluindo as do Nordeste e da Paraíba:

[...] os povos indígenas qualificam a escola como formadora de guerreiros específica e diferenciada e delimitam a função escola para aprender a ler um documento a serviço da comunidade [...] escola para formar nossos próprios advogados, médicos, enfermeiros e professores [...], escola inserida na luta pela terra, escola na retomada, escola para aprender a língua.

O autor traz a visão indígena captada em um encontro nacional com professores indígenas de várias etnias, acerca dos anseios da escola para essa população, em que são listados alguns desejos, como: ter profissionais indígenas preparados para ocupar espaços e atender à população, a exemplo de professores, médicos, enfermeiros, entre outros.

Podemos inferir que a população Potiguara na Educação Escolar Indígena deseja alcançar o acesso aos conhecimentos em nível superior, com a preocupação de que esse ensino seja retornado para a aldeia através de serviços e conhecimentos.

Esse sentimento de pertencimento e reconhecimento do ser indígena é cultivado inicialmente na educação no interior das aldeias e fortalecido na Educação Escolar Indígena na modalidade da EJA através das práticas pedagógicas realizadas nas escolas com o objetivo de desenvolver o espírito de pertencimento a uma cultura, a um povo, a uma etnia (Nascimento, 2012).

Refletindo acerca da cultura indígena na Educação Escolar Potiguara na modalidade da EJA na Paraíba, como um elemento importante de resistência do povo Potiguara, trazemos as reflexões do Referencial Curricular Nacional das Escolas Indígenas (Brasil, 1998, p. 24) com as seguintes considerações:

[...] a escola indígena é um direito que deve estar assegurado por uma nova política pública a ser construída, atenta e respeitosa frente ao patrimônio linguístico, cultural e intelectual dos povos indígenas. Esse esforço de projetar uma nova Educação Escolar Indígena só será realmente concretizado com a participação direta dos principais interessados, os povos indígenas.



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

O Referencial Curricular Nacional das Escolas Indígenas (Brasil, 1998) enfatiza a importância do reconhecimento da educação ofertada à população indígena, enquanto direito, o qual deve considerar, respeitar e empregar esforços na construção e fortalecimento de ações que valorizem e contribuam com a manutenção do patrimônio linguístico e cultural.

Na Paraíba, é visível o esforço da Educação Escolar Indígena e da modalidade da EJA em recuperar e revitalizar o patrimônio cultural e linguístico da etnia Potiguara através de atividades pedagógicas, como, por exemplo, o “Abril Indígena”, um mês de atividades realizadas nas escolas e fora delas com temáticas que visam ao fortalecimento da cultura Potiguara-PB; a “Marcha cultural”, realizada no mês de setembro, com temáticas indígenas levadas para as ruas através da marcha; e a “Feira cultural”, realizada em novembro, onde são expostas às diversas atividades trabalhadas nos componentes curriculares em uma perspectiva interdisciplinar. Essas são algumas ações desenvolvidas nas escolas com o objetivo de fortalecer a cultura Potiguara (Santos; Silva, 2021).

Barcellos (2014, p. 96) afirma que “o trabalho de resgate das tradições culturais indígenas, associado ao estudo dos principais problemas que hoje estão acontecendo com o povo Potiguara culminaram com várias apresentações dos discentes”. Muitas manifestações artísticas realizadas na Educação Escolar Indígena na EJA trazem os problemas vivenciados no cotidiano, os quais são apresentados em eventos, reuniões e assembleias, resultado do trabalho docente a partir de temáticas indígenas trabalhadas em sala de aula. São dilemas que acontecem no dia a dia indígena e que não podem ficar de fora do currículo e, conseqüentemente, das práticas pedagógicas dos professores dessa modalidade.

A Educação Escolar Indígena na EJA, enquanto política pública, tem como objetivo oferecer e garantir o acesso ao patrimônio cultural e à cidadania plena dos Jovens e Adultos indígenas, participação social essa que se concretiza à medida que estes se



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

tornam construtores de propostas democráticas e participativas, além de protagonistas de suas aprendizagens.

As práticas culturais como princípio educativo promovem o compromisso em construir projetos de vida, sejam eles individuais e/ou coletivos; se apropriam da construção do conhecimento que se desenvolve em ações no mundo, ações que considerem a melhoria de sua e de outras sociedades, contribuindo para a manutenção dos laços da cultura indígena e a consolidação de valores na formação do indígena como sujeito de sua autodeterminação (Kaingang, 2019, p. 31).

Concordamos com Kaingang (2019), compreendemos que as práticas culturais presentes na Educação Escolar Indígena na EJA devem ter como propósito promover o crescimento intelectual e crítico dos sujeitos, de modo individual e coletivo, visando torná-los protagonistas de sua história e possibilitando-lhes assumir um posicionamento de compreensão acerca dos conhecimentos culturais de outras sociedades e grupos, contribuindo para a consolidação de uma cultura de respeito à diversidade.

A partir dos dispositivos legais e da literatura que tratam a educação e a temática indígena, é visível que a cultura ocupa um lugar de destaque no processo educacional. O que diferencia os estudantes da modalidade da EJA indígena Potiguara dos estudantes que participam de outros tipos de EJA no Vale do Mamanguape é o fato de pertencerem a uma tradição específica em que o ensino precisa considerar a dimensão cultural presente nesse público.

Nessa direção, trazemos o relato concedido por Michele Silva a Gerlic e Zoetti, (2011, p. 19), com o seguinte depoimento: “além de estudarmos o conteúdo que o não índio estuda, também aprendemos mais sobre a história do nosso povo. Temos aula de Etno-história, de Língua Tupi, Arte e Cultura Potiguara”. Esses três elementos curriculares fazem parte da cultura Potiguara, os quais diferenciam o estudante da EJA indígena Potiguara do não indígena. Na matriz curricular dos conteúdos da EJA ofertada à população indígena no estado da Paraíba, esses três componentes citados pela referida



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

autora evidenciam, de forma mais efetiva, a presença da cultura indígena Potiguara na Educação Escolar Indígena na EJA.

É importante ressaltar que a oferta de tais componentes representa o resultado da mobilização e organização dos professores e lideranças indígenas com o objetivo de fortalecer a cultura através da escola, espaço propício para aprendizagem das gerações do presente e do futuro. Acerca disso, Silva e Nascimento (2012, p. 77) argumentam:

Há um movimento, entre os Potiguara, de levar a cultura indígena para compor as propostas pedagógicas das escolas [...] a proposta está em vivenciar uma educação diferenciada, de forma a privilegiar o estudo de disciplinas ou eixos temáticos relacionados à Etno-história, Etnogeografia, literatura indígena Potiguara (mitos, lendas e credences), língua Tupi, plantas medicinais, cultivo e produção alternativa típica da região.

É visível que existe um movimento entre os indígenas, principalmente das lideranças, gestores e professores, em levar a cultura para a escola a partir dos diversos componentes curriculares, além de ações pontuais e práticas pedagógicas que são desenvolvidas por docentes comprometidos em fortalecer a cultura Potiguara em uma perspectiva interdisciplinar (Silva, 2020).

A inclusão dos componentes específicos Etno-história, Arte e cultura e Língua Tupi, na Educação Escolar Indígena da EJA, materializam os conteúdos a serem trabalhados no espaço escolar e possibilitam a introdução dos aspectos culturais da Língua Tupi, antes esquecida, e a socialização da história contada a partir do olhar de quem estava aqui antes da chegada dos colonizadores.

Na Etno-história, trabalha-se a valorização dos saberes tradicionais esquecidos e apagados pelo processo de aculturação. E isso mediante diversas manifestações culturais incluídas no currículo, nas práticas pedagógicas e na vida escolar.

Na Educação Escolar Indígena na modalidade da EJA, um elemento importante da cultura Potiguara presente nas escolas é o ritual do Toré que, segundo o antropólogo



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

Palitot (2005, p. 174), “representa aquilo de mais precioso na cultura Potiguara”. Ele descreve o ritual como sendo uma característica dos povos tradicionais do Nordeste, sendo de difícil acesso a localização de suas raízes históricas. Segundo o referido autor, o ritual pode ser encontrado na Paraíba como uma prática cultural em duas localidades: no litoral sul, como um ritual religioso ligado ao uso da planta jurema e está relacionado à história dos antigos aldeamentos; e no litoral norte, como expressão da identidade étnica dos Potiguara (Palitot, 2005).

O Toré ocupa lugar de destaque na cultura Potiguara. Realizado nas lutas e nos momentos festivos como forma de afirmação da identidade étnica, ele vem despertando uma mudança na consciência dos que não participavam por influência do processo de aculturação, que passaram a ter outra postura de reconhecimento e pertencimento a partir do trabalho de conscientização feito pelas lideranças indígenas e pelas escolas em que o ritual é inserido em suas atividades.

O ritual do Toré é um elemento que faz parte da cultura indígena Potiguara e é reconhecido como sagrado, porque demarca e reafirma a existência dos indígenas no litoral norte da Paraíba. É praticado no momento das lutas e conquistas, com objetivo de dar visibilidade a essa comunidade que se distingue dos demais grupos e segmentos da sociedade brasileira.

Tais afirmações são observadas nos enunciados da prática discursiva de Palitot (2017, p. 212), ao fazer referência ao processo de luta e retomada das terras tradicionais, ocupadas por não indígenas em Rio Tinto, no litoral norte da Paraíba, na Vila Monte-Mór, vejamos:

Através deste ritual, a sua condição indígena passou a ser experimentada sob um novo regime de visibilidade, dessa vez pública e aberta, quando se manifestavam em grupo nas ruas e praças da Vila Monte-Mór, Jaraguá e Marcação. Ao dançarem o Toré expunham-se a todo tipo de observação e comentário, incluindo pilhérias e escárnios. No entanto, mantiveram a prática, que os diferencia e unifica em oposição aos outros segmentos sociais que não podem realizar esse ritual.



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

O ritual apresenta-se como sendo um elemento da cultura que diferencia os indígenas Potiguara dos não indígenas, e que estão presentes no vale do Mamanguape e na sociedade brasileira. Ele demarca a identidade de um grupo pertencente a uma cultura específica. A sua prática em público apresenta-se como sendo uma estratégia de resistência, já que possui como objetivo dar visibilidade a um coletivo que se encontrava silenciado, esquecido e invisibilizado. Atualmente ele é praticado nas escolas indígenas em todas as modalidades com objetivo de fortalecer a cultura no território.

O Toré é também praticado pelos indígenas Tabajara que iniciaram um processo de reconhecimento de seu território no litoral sul da Paraíba como expressão e afirmação da identidade étnica. Em relação à etnia Tabajara, deixamos como indicação o trabalho de Farias e Barcellos (2014), o qual apresenta significativas contribuições para se compreender a história da Paraíba e, especificamente, da etnia Tabajara e suas manifestações de fé e identidade étnica. Ainda a respeito do Toré, trazemos o discurso da professora Sônia, durante a formação de professores indígenas, realizada no Centro de Treinamento Parque da Vitória.¹

A formação foi oferecida pela Organização dos Professores indígenas Potiguara (OPIP), em parceria com a Secretaria da Educação do Estado da Paraíba, do Ministério da Educação (MEC), e contou com a presença de professores indígenas da etnia Potiguara dos municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição. Nessa formação, tivemos a oportunidade de participar e ouvir da professora Sônia, presidente da OPIP, o seguinte depoimento:

Existe ainda muita dificuldade na Educação Escolar Indígena Potiguara nas 32 aldeias, mas, o que vemos hoje é que muita coisa vem mudando. Muita gente não participava e não deixava os filhos participar do ritual do Toré, por causa da questão religiosa; dizia que era coisa do mal ou por vergonha, hoje estamos vendo algumas mudanças com o trabalho de conscientização

¹ 23/07/2019 a 06/08/2019, no município de Rio Tinto-PB.



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

que vem sendo realizado nas escolas através de reuniões com liderança e com o povo da aldeia. Vem sendo realizado um trabalho de conscientização, mostrando que o ritual faz parte da nossa história, da nossa cultura. Aos poucos, percebemos que muita gente que não participava começou a participar (Sônia Potiguara, 06/08/2019, Rio Tinto/PB).

Nos discursos dos professores indígenas e da liderança da OPIP, fica visível o trabalho com os estudantes e com a família, que antes tinham vergonha de participar do ritual, mas que, após a inclusão deste na rotina da escola, passaram a apresentar uma maior conscientização e participação, bem como a reconhecer os elementos da sua cultura.

Outro problema era a questão religiosa, pois muitos não participavam ou não deixavam os filhos participarem por influência de lideranças religiosas que proibiam, atribuindo o ritual a coisas do mal. Segundo Barcellos (2014, p. 162), “há um leque muito grande de atividades pastorais evangélicas nas áreas indígenas”, as quais, no período da colonização, contribuíram para o processo de aculturação e silenciamento da cultura e da identidade indígena. Movimento semelhante é observado na contemporaneidade a partir dos relatos dos professores, como também do movimento de resistência através da Educação Escolar Indígena.

Outro elemento de fortalecimento à cultura indígena é a pintura, Nascimento (2012, p.15) reforça que “a pintura corporal também traduz parte do artesanato da cultura indígena. Os desenhos são representativos e grafados no corpo com tinta extraída do urucum (coloração vermelha) e de jenipapo (coloração preta)”. Entre os desenhos que são grafados pelos indígenas da etnia Potiguara, destacamos a colmeia que simboliza a coletividade, união, interação, proteção espiritual e a resistência; e a folha da jurema uma planta sagrada, símbolo da espiritualidade, oferece energização e cuidado.

As pinturas corporais do povo Potiguara não são tatuagens como pode se imaginar, são traços que apresentam significados. É uma marca identitária da sua cultura, os quais



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

estão presentes nos corpos, também nas casas que habitam, em escolas, prédios de associações, organizações, igrejas católicas, entre outros locais (SILVA, 2020).

É visível o trabalho de conscientização acerca da cultura indígena que vem sendo desenvolvido através da Educação Escolar Indígena nas Escolas, o qual se amplia às famílias dos estudantes, e como eles vêm superando os preconceitos através das atividades, como as aulas de campos no território, reuniões com lideranças indígenas e a realização do Toré na escola. Esse trabalho tem favorecido bastante a valorização dos elementos que fazem parte da cultura Potiguara pelos estudantes nas diversas modalidades.

As tradições indígenas Potiguara tendiam a ser esquecidas e perdidas, principalmente nesta era digital imediatista, tendo em vista que encontramos pouco material sistematizado. Ainda é muito forte a cultura da oralidade, perdendo-se muitos conhecimentos da cultura quando os troncos idosos morrem.

A inclusão da cultura indígena no espaço escolar, compartilhada através dos saberes dos professores indígenas e dos anciãos “troncos velhos”, possibilita que o conhecimento seja repassado para as gerações do presente e do futuro, garantindo a sua continuidade (Santos; Silva, 2021).

Trazemos para esse diálogo as palavras de Nascimento (2012, p. 97), o qual argumenta que os “saberes são valorizados pela escola, incentivando os índios mais antigos a socializar conhecimentos antes esquecidos”. Os saberes dos mais experientes vêm sendo recuperados na Educação Escolar Indígena e na modalidade da EJA, nas práticas pedagógicas dos professores, os quais levam para a sala de aula, através de rodas de conversas e das aulas de campo, temáticas relacionadas ao cotidiano, bem como a luta para permanecer no território, os conflitos, os espaços sagrados dos ancestrais em que os estudantes passam a conhecer, entre outras temáticas relacionadas à sua história e cultura.



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

Dentre as atividades planejadas pelas escolas, estão as aulas de campo nas aldeias, em que os idosos são convidados e faz-se uma visita a alguma liderança, sendo formada uma roda de conversa sobre cultura. Geralmente, o responsável pela organização e direcionamento da atividade é o professor indígena, que busca fortalecer a cultura indígena Potiguara nos processos educacionais (Santos; Silva, 2021).

Na Educação Escolar Indígena Potiguara na modalidade da EJA, o ensino da língua Tupi, bem como sua preservação e fortalecimento, são assegurados na LDBEN nº 9394/96, que visa, conforme o Artigo 79, “fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena”, intenções também presentes nos Artigos 2º e 3º da Resolução Estadual nº 207/2003 do Conselho Estadual de Educação do Estado da Paraíba:

207 Art. 2º. A Educação Escolar Indígena se configura como bilingue e intercultural e tem por escopo valorizar plenamente a cultura indígena, especialmente do Estado da Paraíba, reafirmando suas identidades étnicas, sua língua e seus conhecimentos, bem como assegurar às comunidades indígenas o acesso aos conhecimentos da sociedade nacional abrangente e das sociedades não-índias.

Art. 3º. São considerados requisitos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da Escola Indígena: I – sua localização em terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas, ainda que tais terras se estendam por territórios de diversos municípios contíguos; II – Exclusividade de atendimento às comunidades indígenas; III – ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística do povo indígena;

IV – Organização escolar própria, observadas as normas legais.

Atendendo ao que determina a legislação nacional e estadual, no que diz respeito ao fortalecimento da língua materna esquecida pelo processo de aculturação, a partir do ano 2000, iniciou-se um processo de revitalização com a vinda do professor Eduardo Navarro, da Universidade de São Paulo (USP), pesquisador do Tupi antigo. De acordo



com Palitot (2005), a vinda do professor motivou muitos professores indígenas dos três municípios a aprenderem a língua falada pelos antepassados que tinha sido perdida pelo processo de aculturação.

Os docentes indígenas que participaram do curso e aprenderam a língua Tupi exercem hoje a função de professores de Tupi e ministram aulas nas escolas indígenas que adotaram essa língua como um componente curricular nos municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição (Palitot, 2005).

Atualmente, a língua Tupi é ministrada na Educação Escolar Indígena na modalidade da EJA nos três municípios supracitados. Esse componente integra o currículo oficial na parte diversificada das disciplinas que trabalham o fortalecimento da cultura indígena Potiguara nas escolas do litoral norte da Paraíba.

A cultura apresenta-se como uma ação dinâmica que vem sendo preservada em alguns aspectos e ressignificada em outros, com o objetivo de responder aos desafios postos pela sociedade contemporânea. Segundo Silva (2020, p. 100), “os aspectos culturais são necessários nas atividades de uma escola indígena e o povo Potiguara está levando propostas didático pedagógicas que contemplam seu rico acervo cultural”. Na Educação Escolar Indígena Potiguara da EJA, a cultura é um elemento importante, capaz de mobilizar esforços na direção de revitalizar e recuperar conhecimentos esquecidos, silenciados e apagados, a exemplo da língua Tupi, do ritual Toré, do artesanato, dos mitos, contos e lendas.

Esse conjunto de elementos faz parte da cultura indígena Potiguara, além de tantos outros que poderiam ser citados, pois, permanecem vivos há anos no litoral norte da Paraíba sendo preservados como forma de manter a existência de um povo que luta a cada dia para que seja reconhecido e respeitado em suas especificidades e em sua forma de fazer educação.

Após tecermos reflexões acerca das culturas indígenas, as quais compreendemos



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

como sendo diversas e com uma pluralidade cultural ampla, sabemos que estamos nos referindo a um coletivo que possui um quantitativo de aproximadamente 309 etnias espalhadas pelo território brasileiro as quais possui especificidades no que diz respeito a vivências de sua identidade e cultura.

Sobre a metodologia utilizada na presente pesquisa, trabalhamos com entrevistas semiestruturada onde foram entrevistados professores que atuam na EJA indígena nos municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição da etnia Potiguara localizados no litoral Norte da Paraíba. Para análise dos dados utilizamos a Análise Crítica do Discurso é uma abordagem transdisciplinar ao estudo dos textos, que considera a "linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual" (Fairlough, 2016, p. 94).

RESULTADOS

Compreendemos a Educação como um processo dinâmico, permeado por avanços, limites e desafios. Acerca da cultura Indígena Potiguara, neste tópico, buscamos perceber os desafios presentes no cotidiano das práticas pedagógicas dos professores indígenas para fortalecimento à cultura Potiguara.

O professor da EJA do município de Rio Tinto concedeu a seguinte resposta sobre os principais desafios encontrados na EJA indígena para a realização de práticas pedagógicas contextualizadas que contribuem para o fortalecimento da cultura indígena.

[...] temos algumas dificuldades, por exemplo, a questão de levar um artesão para dentro do espaço da sala de aula é difícil. Isso reflete também na questão da assistência, porque muitos não são daqui, são de aldeias longes, necessitam de um transporte por parte da Secretaria do estado. Eu não sei de fato como funciona, mas eu sinto essa necessidade, falta um apoio maior nas atividades desenvolvidas pela escola, transportes para fazer uma aula de campo, visitar outra aldeia, precisamos de



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

materiais didáticos apropriados para realizar as oficinas de arte e cultura, nós utilizamos alguns elementos da natureza, mas também precisamos de recursos pedagógicos para trabalhar com os estudantes. Eu particularmente, nas minhas aulas, eu gosto também de levar alguns adereços, alguns acessórios que são confeccionados pelos artesãos Potiguara, porque se eu não tenho a pessoa física no momento, eu tenho aquele produto que tem um significado, tem um sentido para a sala de aula, para poder ensinar também para os estudantes (Professor da EJA Indígena, 15/05/2021, RIO TINTO, grifos nossos).

O discurso do professor da EJA indígena do Município de Rio Tinto revela enunciados que apontam os desafios para efetivação das práticas pedagógicas na EJA indígena de fortalecimento à cultura. Entre eles, a falta de assistência por parte da Secretaria de Educação do estado da Paraíba, que não disponibiliza condições para trazer os artesãos que moram distantes das escolas, para realização de atividades diferenciadas, a fim de que os estudantes passem a conhecer o que é produzido na região pelos artesãos indígenas Potiguara.

O referido professor ressalta a ausência de apoio às atividades pedagógicas por parte da gestão estadual, em auxiliar na organização da logística, disponibilizando transporte para serem realizadas aulas de campo com visitas às aldeias. Também menciona a escassez de recursos para aquisição de material pedagógico apropriado para realização das oficinas de Arte e cultura, visto que, embora seja utilizada a matéria-prima da natureza, são necessários outros recursos que não são disponibilizados pelo poder público; e isso dificulta a realização das atividades.

Diante dessa dificuldade, o professor destaca que leva/utiliza os produtos confeccionados na região, possibilitando aos estudantes conhecerem o que é produzido por seu povo, dada a impossibilidade de ter presencialmente os próprios artesãos.

A prática discursiva do professor do município de Rio Tinto, leva-nos a inferir que o trabalho realizado no componente curricular Arte e cultura proporciona aos estudantes da EJA a oportunidade de conhecerem o que é produzido pelos artesãos indígenas



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

Potiguara na região do litoral norte da Paraíba, uma vez que, muitos deles, desconhecem o que é produzido por seus parentes.

Trazer para o espaço da sala de aula da EJA o que é produzido pelos artesãos indígenas é uma forma de valorizar e fortalecer a cultura indígena Potiguara, pois, de acordo com Santos e Silva (2017, p. 53), a “arte nas sociedades indígenas é um dos elementos importantes na formação de identidades específicas” e o ambiente escolar, através de uma proposta diferenciada, contribui para que esses grupos se apoderam de ferramentas e manifestações de sua cultura, as quais podem ser expressas em outros contextos e situações para afirmação ética desses coletivos.

O discurso do professor indígena nos leva a inferir que, mesmo diante de uma legislação que garante a inclusão da cultura indígena no espaço escolar, a exemplo da LDBN 9394/96, no Artigo 78, o qual determina que a escola deve desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades (Brasil, 1996), a lei sozinha não consegue garantir o direito à educação diferenciada, se não houver o compromisso e o envolvimento dos sujeitos.

E, embora reconheçamos a importância da legislação como uma conquista de fundamental importância, ela precisa da organização e mobilização dos agentes para ser efetivada na prática. A inclusão do componente curricular Arte e cultura na Educação Potiguara é uma conquista dos indígenas, visto que possibilita que os estudantes de todas as modalidades tenham incluídos, nos processos educacionais, o conhecimento e a vivência da sua cultura Potiguara, a fim de que a conheçam e valorizem-na.

No entanto, compreendemos que a efetivação da legislação educacional, no que tange aos povos indígenas, passa pelo respeito a esses direitos conquistados por intermédio dos poderes públicos em atender aos desafios postos pelos docentes, gestores e lideranças indígenas, para que seja efetivada uma Educação Escolar Indígena de



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

qualidade que atenda aos anseios dos Potiguara da Paraíba, respeitando as suas especificidades e garantindo-lhes sua preservação cultural.

Outro ponto destacado que é um desafio para o fortalecimento da cultura indígena Potiguara é a falta de livros didáticos ou a quantidade insuficiente desse recurso pedagógico que dificulta as práticas pedagógicas na EJA indígena em favor do fortalecimento da cultura. Vejamos o relato a seguir:

[...] não temos livro suficiente para o aluno levar para casa. Então nós trabalhamos com aulas preparadas. Temos um pouco de dificuldade, porque, quando o estudante tem o material didático, o livro fica melhor para ele levar para casa e observar as figuras, e os textos facilitam a aprendizagem. Nós temos o livro que o estado confeccionou, faz anos, sobre o Tupi, com a ajuda dos professores que fizeram o curso, mas não temos em quantidade para disponibilizar para os estudantes. Eu tiro xerox, reproduzo o material para levar pra sala de aula. Eu gosto de trabalhar em grupo para facilitar o trabalho e tirar as dúvidas (Professor da EJA do Município de Marcação, 20/06/2021, grifos nossos)

Sobre o livro didático na EJA indígena, deparamo-nos com algumas problemáticas. Para evidenciar algumas dessas problemáticas, destacamos à incipiente produção de livros ainda na Língua Tupi, feita pelos indígenas Potiguara e assumidos os custos das publicações pelos poderes públicos municipais, estaduais e federal, visto que tais ações poderiam contribuir com a cultura indígena de forma efetiva.

Essa realidade lentamente vem sendo superada com publicações que ampliam o acervo de obras publicadas por indígenas.² Material riquíssimo que traz diversas ilustrações, palavras em Tupi e em Português. Ainda sobre livros didáticos que abordam as temáticas indígenas na EJA Potiguara, e que são produzidos pelos professores, não temos conhecimento que exista material didático abordando essa modalidade. As

² SILVA, Almir. professor da Língua Tupi, mestre em ciências das religiões pela UFPB, publicou o livro vocabular do Tupi antigo (2020).



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

publicações didáticas estão voltadas mais para a modalidade da Educação Infantil, anos iniciais.

A ausência de material na EJA indígena, que possa apoiar as práticas pedagógicas dos professores no fortalecimento da cultura, relaciona-se à falta de formação docente, já que poderia ser um espaço fértil de produção de material didático para EJA indígena Potiguara, o qual poderia ser construído pelos próprios professores ao refletirem sua prática, em um movimento de ação-reflexão-ação, como orienta Pimenta (2012).

A intertextualidade apresenta-se por meio da negação e de representações presentes no discurso (FAIRCLOUGH, 2016), o que ocorre por meio da expressão: “não temos livro suficiente para o aluno levar para casa”. Significa que há livros, no entanto, a quantidade não é suficiente para que os estudantes os usem em casa.

A ausência de material didático nas escolas ou a quantidade insuficiente para atender à demanda da quantidade de estudantes nas escolas obriga a adoção de práticas de uso compartilhado de material com outras turmas, impossibilitando que os estudantes levem o livro didático para casa, como ressaltou o professor, evidenciando assim a ausência de investimentos públicos em recursos pedagógicos que venham a suprir essa real demanda.

As práticas pedagógicas de fortalecimento à cultura na Educação Escolar Indígenas vão além do aspecto profissional na transmissão de conteúdo, pois é um compromisso social, é uma luta diária a qual busca se efetivar na prática, na conquista dos direitos, como determina a lei.

Corroborando com essa assertiva o referencial curricular de formação dos professores indígenas, ao enfatizar que “o respeito e a valorização dos conhecimentos tradicionais e dos processos próprios de aprendizagem garantidos pela legislação são raros e quase sempre iniciativa de alguns professores e comunidades indígenas” (BRASIL, 2002, p. 13).

Tais afirmativas nos levam a refletir o papel de protagonismo que vem sendo



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

desenvolvido pelos professores indígenas Potiguara da EJA, na luta pelas políticas educacionais, no litoral norte da Paraíba, cujas práticas pedagógicas discursivas se constituem como sendo mais uma ação de resistência e fortalecimento da tradição local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos se encontram à margem das prioridades, enquanto política pública educacional, a qual se torna ainda mais invisibilizada quando relacionada à população indígena.

Percebemos no decorrer da história que o tipo de Educação ofertada a esse público apresentava características bancárias, tradicionais, colonizadoras, com práticas pedagógicas infantilizadas, as quais não consideravam as especificidades desses sujeitos, notamos avanços, limites e retrocessos, sendo gestados ao longo dos anos na garantia e efetivação do direito a uma educação diferenciada e de qualidade que atendesse e respeitasse às especificidades desses sujeitos.

Quando pensamos nos avanços, trazemos os processos de luta, resistência e organização dos movimentos sociais nos quais os indígenas foram vivenciando para ser garantido e efetivado o direito a uma educação pública, gratuita, diferenciada e de qualidade para todos.

Essa educação diferenciada compreende a substituição de práticas pedagógicas tradicionais, homogeneizadoras, de imposição, colonização e dominação (características essas de uma educação bancária que, por muito tempo, foi imposta à população de jovens e adultos indígenas) por ações pedagógicas problematizadoras, dialógicas, emancipatórias e contextualizadas com a vida dos sujeitos.



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

Nesse contexto, é visível também os limites que persistem para efetivação do direito a uma educação de qualidade para os jovens e adultos e para a população indígena, mesmo com toda uma legislação que garante a especificidade desses sujeitos.

Os limites apontados incluem a ausência de formação de professores, o que provoca a infantilização da modalidade em tela; a falta de material didático contextualizado com a realidade indígena; e a necessidade de um concurso específico que possa garantir a contratação e a estabilidade dos profissionais da Educação com perfil para essa modalidade e que possam atuar nas escolas indígenas e contribuir com o fortalecimento da cultura indígena Potiguara no chão da Escola pública na modalidade da EJA.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Lusival. **Práticas educativo-religiosas dos índios Potiguara da Paraíba**. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana Schneider. **História, memória e tradição na Educação Escolar Indígena: o caso de uma escola Kaingang**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, n. 60, 2010.

BONIN, Tatiana Iara. Educação Escolar Indígena e Docência: princípios e normas na legislação em vigor. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla; XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas (Org.). **Povos Indígenas e Educação**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI)**. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

CAMPOS, Rogério Cunha. **Protagonismo dos movimentos sociais indígenas. Política, Educação e Cultura. Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. In: SOARES, Leôncio; AMÉLIA, Maria Gomes de Castro Giovanetti; GOMES, Nilma Lino (Org.). 4. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança social**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

PALITOT, Estevão Martins. **Os Potiguaras da Baía da Traição e Monte Mor: História, Etnicidade e Cultura**. 2005. Tese de Doutorado. João Pessoa: UFPB, 2005.

PALITOT, Estevão Martins. Os Potiguara de Monte-Mór e a cidade de Rio Tinto: a mobilização indígena como reescrita da história. **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**. Ano 4, Edição Especial II. Dossiê 20 anos do NEPE. (Org.) Jamilly Cunha e Lara E. de Andrade, Recife, 2017. Acesso em: 12 set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br>.

PARAÍBA, Conselho Estadual de Educação da. **Resolução N° 207/2003**. Fixa normas para a organização, estrutura e funcionamento das escolas indígenas. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 2003. Disponível em: <https://www.cee.pb.gov.br/>. Acesso em: 06 maio 2020.

GERLIC, Sebastian; ZOETTI, Peter Anton (Org.). Índio na visão dos índios. Salvador: Editora Thydêwá, 2011.

IRELAND, Timothy Denis da; SPEZIA, Carlos Humberto. **A Educação de adultos em retrospectiva: 60 anos de CONFINTEA**. Brasília: Ministério da Educação, 2014.

KAINGANG; Bruno; Conhecimentos indígenas: seus desafios nos dias atuais. Sesc, Departamento Nacional de Culturas Indígenas, diversidade e educação. Sesc, Departamento Nacional. Sesc, Departamento Nacional, **Educação em rede**. Rio de Janeiro, v. 7, 2019.

NASCIMENTO, José Mateus. Escola e currículo diferenciados. In: NASCIMENTO, J. M. (Org.). **Etnoeducação Potiguara: pedagogia da existência e das tradições**. João Pessoa: Ideia, 2012.

RESENDE; Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane C. Vieira Sebba. **Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. Linguagem em (Dis)curso**. Santa Catarina. v. 5, n. 1, jul./dez., 2004. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br>. Acesso em: 28 set. 2021.

SANTOS; Pedro Lôbo dos; SILVA, Eduardo Dias da. Dossiê. A educação escolar



Maria Alda Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Cabedelo e Capim
Jeane Tranquelino da Silva
Secretaria Municipal de Rio Tinto e Jacaraú

indígena como fortalecimento da identidade cultural dos Potiguara da Paraíba/Brasil – considerações iniciais. **Trab. Ling. Aplic.** Campinas, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2008.

Recebido em: 13/04/2025

Aprovado em: 18/08/2025